

# EMPREGO E SALÁRIO

## Chegamos ao fundo do poço?

*Calino Pacheco Filho\**

*"Ou o poço era profundo demais, ou ela caía muito devagar, pois tinha tempo de sobra para olhar em torno de si durante a queda e perguntar-se o que aconteceria em seguida. Tentou primeiro olhar para baixo, a fim de ver onde estava chegando, mas a escuridão era demais para ver qualquer coisa."*

*Lewis Carroll*

*Aventuras de Alice no País das Maravilhas*

O segundo trimestre de 1991 começou traumatizado com o impacto da política econômica implementada a partir de 1990, que resultou numa queda de 6,87% do Produto Interno Bruto do País no primeiro trimestre do corrente ano. Em março último, havia mais de um milhão de desempregados só na Grande São Paulo, e os salários representavam apenas 55,9% do seu valor em 1985.

O clima de pessimismo que aumentava entre os agentes econômicos começou a ser revertido no mês de maio, com a substituição da Ministra Zélia e de sua equipe por um ministério "soft", e com os sinais de recuperação nos níveis de produção, vendas, emprego e salário. De fato, a produção industrial cresceu 13,4% de março para abril, e a pesquisa da FIESP indicava, no início de maio, o primeiro resultado positivo no nível de emprego de 1991. O novo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento anunciava que estávamos saindo do fundo do poço, e os setores mais otimistas festejavam a retomada

---

\* Economista da FEE.

do crescimento econômico e até acreditavam que o ano terminaria com uma taxa positiva para o PIB.

Na realidade, porém, os níveis de produção e emprego encontram-se em patamares muito baixos. Em virtude de a base de comparação - 1990 ou primeiro trimestre de 1991 - estar em níveis ainda inferiores, pode-se superestimar os indicadores e sugerir aquecimento, quando existe apenas banho-maria. Por outro lado, a política de arrocho salarial, em nome do combate à inflação, que alcançou 9,78% em junho (IPC-FIPE) e pode chegar, segundo algumas previsões, a 20% em setembro, impõe aos trabalhadores que sobrevivam com a metade do poder aquisitivo que tinham em 1985.

Veja-se, pois, o comportamento do emprego e dos salários neste segundo trimestre de 1991.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, a taxa de desemprego aberto de abril de 1991 foi de 5,76%, registrando uma ligeira queda em relação a março do mesmo ano (5,89%) e mostrando-se superior à taxa de 4,77% registrada em abril de 1990. Em maio do corrente ano, a taxa de desemprego aberto medida por aquela pesquisa foi de 5,70%, mantendo a tendência de queda iniciada em abril e indicando que pode ocorrer uma estabilização em torno do atual patamar. É importante ressaltar que a maior taxa de desemprego aberto verificada no ano passado aconteceu em maio e atingiu 5,27%. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, a taxa de desemprego aberto passou de 5,44% em abril para 5,04% em maio, seguindo o que ocorreu a nível nacional.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada na Grande São Paulo pela Fundação Seade em convênio com o DIEESE mostrou uma taxa de desemprego total (aberto mais oculto) de 13,3% em maio, mostrando-se estável em relação a abril, que registrou uma taxa de 13,1%. O comércio apresentou um resultado negativo, enquanto a indústria teve um desempenho positivo, garantindo a estabilidade da taxa. Porém, no mês de maio, ainda existiam 1,150 milhão de trabalhadores desempregados na Grande São Paulo, e a maioria das pessoas contratadas pela indústria e pelo setor de serviços não teve carteira de trabalho assinada.

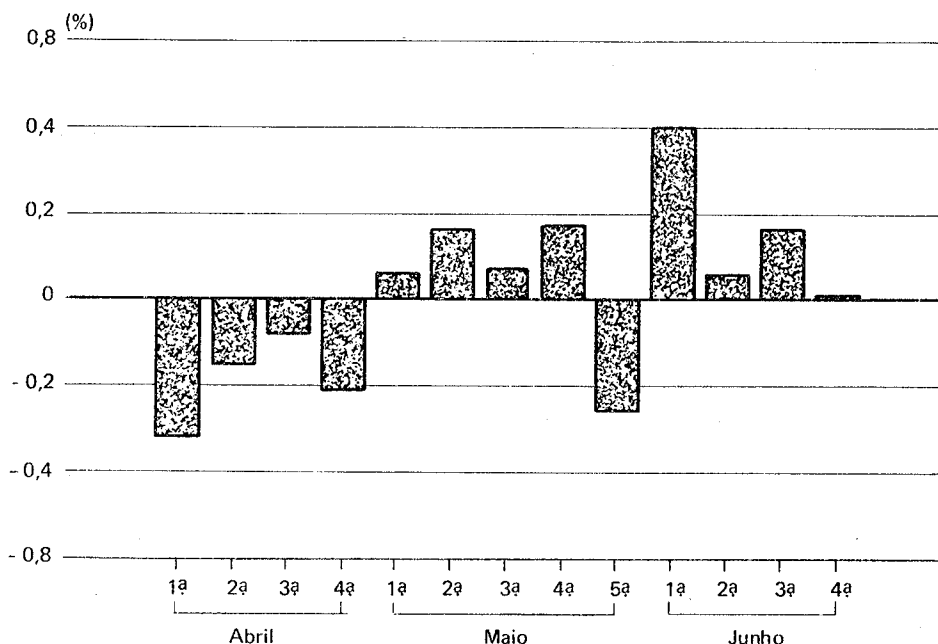
O comportamento do emprego pode ser acompanhado de forma mais nítida na pesquisa do Nível de Emprego na Indústria Paulista, realizada semanalmente pela FIESP (Gráfico 1). A pesquisa mostra que, após um número significativo de demissões no primeiro trimestre de 1991, o mês de abril apresentou uma diminuição no número de

demissões, e, a partir de maio, reiniciaram-se as contratações. O saldo mais positivo ocorreu em junho, quando, na primeira semana, foi registrado o dobro das contratações verificadas ao longo do mês de maio. De um resultado negativo de 0,76% em abril, o nível de emprego aumentou 0,20% em maio e 0,64% em junho. No entanto, mesmo com esses resultados positivos, dificilmente haverá espaço para a recuperação das perdas acumuladas, que chegam a -6,37% no ano e -9,04% em 12 meses.

Analisando as três pesquisas, que utilizam metodologias diferentes, chega-se, no momento, à mesma constatação: existe uma tendência à estabilização do nível de desemprego, porém em um patamar relativamente elevado.

## GRÁFICO 1

### VARIAÇÃO SEMANAL DO NÍVEL DE EMPREGO NA INDÚSTRIA PAULISTA -- ABR-JUN/91



A "normalização moderada" da atividade econômica ocorrida a partir de maio também repercutiu de forma positiva nos salários. O rendimento real médio apurado pela PED na Grande São Paulo cresceu 9,4% em abril, comparativamente a março. Esse crescimento foi puxado pelos salários mais altos, que tiveram um acréscimo de 15% em média, enquanto os menores salários cresceram apenas 1,9%. Isso se deve ao fato de que os trabalhadores com maior rendimento têm maior poder de barganha para negociar com as empresas. Todavia, apesar desse aumento do salário real, mesmo aqueles trabalhadores organizados em sindicatos reconhecidos pela sua tradição de luta vêm tendo perdas significativas. Os metalúrgicos do ABC paulista sofreram uma queda do salário real de 50,4% entre abril de 1988 e fevereiro de 1991 (GM, 24.4.91, p.8). Dados recentes demonstram a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores do ABC: um metalúrgico ganhava em média US\$ 1.000 em 1982; em outubro de 1986, passou a receber US\$ 711; em outubro de 1988, seu salário era de US\$ 556; e hoje caiu para US\$ 236 (FSP, 8.5.91, p.1-12).

Por outro lado, as medidas salariais implantadas pelo Plano Collor II, que instituíram uma sistemática de abonos até setembro do corrente ano, favoreceram os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos e permitiram um pequeno aumento real do salário mínimo. Isso tem uma certa importância, na medida em que cerca de 30% dos trabalhadores ganham até um salário mínimo por mês. Entretanto, mesmo com a recuperação ocorrida em abril, o salário médio real teve uma redução de 10% em relação a dezembro de 1990 e de 21,3% nos últimos 12 meses.



A mudança da equipe econômica não trouxe nenhuma alteração nos rumos da política econômica em vigor desde o início do Governo Collor. O Ministro Marcílio Marques Moreira não dá a mesma ênfase à recessão que a ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello, porém não oferece outra alternativa que não seja recessiva para o controle da inflação e muito menos apresenta uma proposta clara de retomada sustentada do crescimento econômico. A situação torna-se dramática, na medida em que a rigorosa recessão detonada em 1990 não interceptou a trajetória hiperinflacionária da economia brasileira.

Neste momento, economistas das mais variadas tendências, de Delfim Neto a Dercio Garcia Munhoz, colocam em

reque a recessão como instrumento para estabilizar a economia brasileira e concordam, guardando conhecidas divergências, que é necessária uma política econômica que ataque as origens do processo hiperinflacionário sem gerar uma profunda recessão, como aconteceu nos últimos meses.

No Brasil, que tem um dos piores perfis de distribuição de renda do Mundo, adotar a recessão como instrumento de política econômica, além de ter-se revelado ineficaz no combate à inflação crônica, é injusto do ponto de vista social, já que atinge de maneira mais forte a população mais pobre, com altos níveis de desemprego e corrosão no poder aquisitivo dos salários. Além disso, o subemprego atinge quase 30% da População Economicamente Ativa; a deseducação é alarmante, com menos de 10% dos adultos concluindo o primeiro grau; e 65% da população têm rendimentos "per capita" iguais ou inferiores a um salário mínimo (FSP, 25.6.91, p.1-3).

Para superar a atual crise pela qual passa o Brasil, só existe um caminho, após o fracasso da terapia de choques - um programa de estabilização que resulte de um amplo acordo político da sociedade e que promova, entre outras medidas, uma profunda reforma fiscal do Estado e uma política de rendas justa, assegurando ao País a volta de seus históricos índices de crescimento da economia. Caso contrário, pode ocorrer o mesmo azar da pobre Alice, quando chegou ao fundo do poço: "(...) viu que tinha esquecido a chavezinha dourada e constatou ser impossível atingi-la" (Carroll, 1980).

## Bibliografia

- CARROLL, Lewis (1980). *Aventuras de Alice no País das Maravilhas*. 3.ed. São Paulo, Summus.
- CARTA DE CONJUNTURA (1991). Porto Alegre, FEE, v.1, n.2, jun.
- FOLHA DE SÃO PAULO (8.5.91). São Paulo. p.1-12.
- (25.6.91). São Paulo. p.1-3.
- GAZETA MERCANTIL (24.4.91). São Paulo. p.8
- PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1991). Rio de Janeiro, IBGE, jun.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (1991). São Paulo, SEADE, jun.